

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Inovação social, Sociedade Civil, Democracia e Sustentabilidade

**A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO INSTRUMENTO PROVEDOR DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

076.441.779-73

FLORIANÓPOLIS

2024

A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO INSTRUMENTO PROVEDOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1. INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA/CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

A participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas é um aspecto fundamental para o fortalecimento da democracia e a promoção do desenvolvimento socioeconômico. No cenário atual, a sociedade civil desempenha um papel significativo como instrumento provedor de políticas públicas, atuando como pontes entre cidadãos, governos e demais articuladores.

Neste contexto, a compreensão do papel e da influência da sociedade civil organizada torna-se essencial para a análise crítica do processo de tomada de decisão e para a promoção de políticas mais inclusivas e eficazes.

O estudo foca a sociedade civil como agente de transformação social e articulador ao examinar profundamente a interação com o Estado, é possível identificar oportunidades para aprimorar mecanismos de participação cidadã e fortalecer a capacidade das organizações na busca por políticas públicas.

a) Contextualização do tema: Explorar o papel e a importância da sociedade civil organizada na articulação de políticas públicas, se vislumbra a capacidade de transformação como agente propagador e interação social. É fundamental analisar o contexto em que atuam e como interagem com os demais agentes. Trata-se de uma estratégia participativa de indução ao desenvolvimento e inovação, que satisfaz as necessidades do presente, com compreensão mútua sem comprometer a capacidade dos demais agentes que em suas imputações também possam satisfazerem suas próprias necessidades. Conota-se a adoção de um modelo de gestão participativa, pela qual mobiliza-se a sociedade civil com seus recursos, conhecimentos tácito e científico, junto do setor público, na realização de análises situacionais, formação de câmaras técnicas, identificação de potencialidades, e também Planos de Desenvolvimento Econômico.

b) Delimitação do problema: Identificar lacunas e desafios existentes no cenário atual de formulação e implementação de políticas públicas em que a sociedade civil está envolvida. Questionando também eficiência do Poder Público no uso de suas atribuições em medidas que visam o desenvolvimento coletivo e a participação da sociedade, bem como os obstáculos enfrentados e as áreas que exigem atenção na adoção de um modelo de gestão

participativa, pela qual se mobilizam os recursos da sociedade civil, comitente com o Setor Público. O fornecimento de um ambiente que assegure um programa de desenvolvimento econômico sob estruturas organizacionais permanentes, que permitem que políticas de desenvolvimento fiquem enraizadas e contínuas, independentes das mudanças nos ambientes inseridos. Abordagem de teorias sobre participação cidadã e democracia deliberativa em relação à prática da sociedade civil na esfera pública. A pesquisa também direciona esforços para entender como os diferentes tipos de organizações como, ONGs, e movimentos sociais interagem com o Estado e influenciam o processo de formulação de políticas e mudanças efetivas na implementação e avaliação, assim como a inovação e a sustentabilidade.

c) Objetivos da pesquisa (geral e específicos): Como objetivo geral, investigar o papel e a eficácia da sociedade civil organizada como instrumento democrático provedor de políticas públicas, analisando sua contribuição para a formulação, implementação e avaliação em determinado contexto favorecendo um ambiente que busque inovação e sustentabilidade. A seguir são listados os objetivos específicos:

1. Analisar o envolvimento e a representatividade da sociedade civil organizada nos processos de formulação de políticas públicas, identificando os mecanismos e canais de participação utilizados.

2. Identificar casos de boas práticas em que uma sociedade civil organizada desempenhou um papel significativo na provisão de políticas públicas, destacando os elementos chaves que desenvolvem para o sucesso dessas iniciativas.

3. Destacar a representatividade e influência que a sociedade civil organizada possui nas decisões governamentais, verificando sua atuação como instrumento propagador de desenvolvimento, inovação e sustentabilidade.

4. Verificar o processo de articulação e representação dos interesses da sociedade civil organizada nos espaços de formulação de políticas públicas, identificando os principais atores envolvidos e suas dinâmicas de atuação e cooperação.

d) Justificativa/Contribuição da Pesquisa: Como forma de contribuição a relevância teórica e empírica na área de conhecimento, esta pesquisa é fundamental para avançar e ampliar o entendimento sobre o papel da sociedade civil organizada no desenvolvimento de políticas públicas em um ambiente interativo e participativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

A relação entre a sociedade civil organizada e as políticas públicas tem sido objeto de estudo em diversas áreas das ciências sociais e políticas. A sociedade civil, composta por organizações não governamentais, movimentos sociais, associações voluntárias e outros grupos de cidadãos, tem uma importante função na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em democracias modernas.

A colocação é vista, conforme afirmação de Anheier, H. K., & Salamon, L. M. (Eds.). (1999), “As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial na mediação entre o Estado e os cidadãos, atuando como pontes que conectam as demandas da sociedade com as políticas públicas”.

Nesta mesma linha temos de acordo com Dagnino, E. (2002), “A sociedade civil organizada possui um papel estratégico na vigilância e no controle social das políticas públicas, contribuindo para a promoção da transparência, da prestação de contas e do fortalecimento da democracia participativa”.

Putnam, R. D. (1993), também complementa dizendo que “A sociedade civil é o espaço onde as pessoas se organizam livremente para expressar suas opiniões, defender seus interesses e participar ativamente na vida pública, incluindo o processo de formulação e implementação de políticas públicas”.

Por sua vez, as organizações da sociedade civil podem representar uma variedade de grupos e comunidades, incluindo minorias étnicas, grupos de defesa dos direitos humanos, organizações ambientais, sindicatos, entre outros. Sua participação garante que diferentes perspectivas e vozes sejam ouvidas durante o processo de elaboração de políticas, gerando mobilizações e representatividade, evitando que certos grupos sejam ignorados. A sociedade civil organizada desempenha um papel fundamental na construção de políticas públicas mais democráticas e eficazes, contribuindo com sua expertise, representatividade e capacidade de mobilização social (Avritzer, L. 2002).

No entanto, a participação da sociedade civil organizada na elaboração de políticas públicas, vai além da simples consulta ou legitimação das decisões executivas, pois envolvem um processo ativo de engajamento cívico, diálogo e colaboração entre o Estado e os diversos setores da sociedade, promovem uma governança mais democrática, transparente e eficaz. O diálogo e a cooperação entre o Estado, as organizações da sociedade civil e outros atores sociais são essenciais para a construção de políticas públicas mais inclusivas, que atendam às

necessidades e aos interesses da população de forma participativa e colaborativa (Buarque, C. 2000).

Quando os governos reconhecem e valorizam a participação da sociedade, eles estão mais propensos a adotar abordagens mais inclusivas e democráticas na formulação de políticas. Isso pode levar a políticas mais eficazes e sustentáveis, que atendam melhor às necessidades e aspirações da população. A participação da sociedade civil é essencial para a construção de uma democracia robusta e inclusiva, garantindo que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas e consideradas na formulação e implementação de políticas públicas (Armando Barrientos, 2008).

Nesse contexto pode-se compreender melhor o funcionamento da sociedade civil como articuladora de políticas públicas na condição da formação de políticas governamentais mais inclusivas e eficazes, resultando em uma maior legitimidade das políticas inovadoras, bem como em uma participação mais significativa dos cidadãos no processo político. O funcionamento da sociedade civil é marcado pela sua capacidade de mobilização, articulação e engajamento cívico, que são essenciais para promover mudanças sociais e influenciar as políticas públicas (Robert Putnam 1993).

Tal afirmação é apontada por Celso Furtado (2007), "A sociedade civil organizada desafia a lógica do individualismo e da fragmentação social, promovendo a solidariedade e a cooperação como valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária".

Uma sociedade participativa é aquela em que os cidadãos têm voz ativa nas questões que afetam suas vidas, onde há espaço para o debate aberto e a troca de ideias, e onde as decisões políticas são tomadas levando em consideração uma ampla gama de perspectivas e interesses. Isso promove a inclusão social, a justiça e a igualdade de oportunidades. Uma sociedade democrática depende da voz ativa de seus cidadãos Amartya Sen (1999).

A abordagem da pesquisa também vem de encontro com a definição e conceitos acerca da promoção de políticas públicas, assim sendo, um ambiente de regras ou diretrizes que expressam os limites dentro dos quais as ações ocorrem. A própria palavra política está relacionada com a ciência política a um sistema de regras respeitantes à direção das atividades públicas. Também pode ser compreendida como a arte de bem governar os povos, ou como o conjunto de objetivos que formam determinado programa de ação governamental e condicionam sua execução. É cidadina, civil, pública, sociável e social (BOBBIO, 1984).

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotará abordagens que permitirão uma compreensão das interações entre a sociedade civil organizada e o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Métodos qualitativos e quantitativos serão empregados para capturar a complexidade dessas relações.

a) Definições epistemológicas do estudo:

As escolhas epistemológicas refletem os fundamentos que sustentarão o estudo adotando uma abordagem construtivista, considerando que a realidade social é estabelecida por meio de interações sociais e interpretações dos atores envolvidos. São vistas as perspectivas crítica, interpretativista e multinível ao analisar as relações de poder e as estruturas sociais que influenciam o estudo, buscando entendimento de como os grupos da sociedade civil mobilizam recursos e coordenam esforços, compreendendo os significados subjacentes às ações e discursos. E por fim, examinar a influência da sociedade civil em diferentes níveis de governança, local, nacional e internacional.

b) Método de Pesquisa:

O método de pesquisa será qualitativo, complementado por quantitativas em certos aspectos, conotando assim um método quali-quantitativo. Essa escolha se dá pelas características complexas do objeto de estudo e pela necessidade de compreensão detalhada de interações.

A abordagem qualitativa permitirá uma análise contextualizada das dinâmicas sociais, dos discursos e das relações de poder entre os agentes. Serão utilizadas técnicas como entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e interpretações dos atores envolvidos, meios que fornecem uma visão do contexto em que ocorrem as interações.

A abordagem quantitativa, os elementos serão incorporados para complementar a análise qualitativa em aspectos específicos do estudo, como análise de dados, orçamento, número de membros e alcance geográfico. Contribui ainda ao examinar possíveis relações entre variáveis-chave, como o tamanho das organizações da sociedade civil e seu impacto percebido na formulação de políticas públicas.

A abordagem quali-quantitativa permitirá uma análise holística do fenômeno em estudo, combinando informações específicas e contextuais das abordagens qualitativa e quantitativas. Esses dados serão triangulados para verificar a consistência e a complementaridade das informações, para a confiabilidade e a validade dos resultados.

c) Estratégia de Pesquisa:

Verifica-se a utilização de estudos de caso múltiplos ou estudo comparativo de casos.

No estudo de casos múltiplos, serão selecionados múltiplos casos representativos de diferentes contextos geográficos, políticos e sociais que incluem diferentes regiões que serão analisados, utilizando uma combinação de métodos, identificando semelhanças, diferenças e padrões emergentes. No estudo de casos comparativo, envolve a análise das semelhanças e diferenças entre os casos. Serão identificados características em comum e distintivas em relação ao estudo. A análise permitirá identificar fatores contextuais, institucionais e organizacionais que influenciam a eficácia da provisão de políticas públicas. Os dados identificarão padrões transversais e indicadores que contribuem para a compreensão do estudo.

d) Hipóteses ou pressupostos de pesquisa:

Com base na fundamentação teórica e na exploração da problemática de pesquisa, algumas hipóteses ou pressupostos para a formulação do estudo são identificados, como:

Hipótese 1: Organizações da sociedade civil com maior capacidade de mobilização e recursos estão mais propensas a formulação de políticas públicas do que as com recursos limitados. Neste contexto, a legitimidade e representatividade são determinantes importantes, especialmente em democracias participativas.

Hipótese 2: A relação entre a sociedade civil e Estado é influenciada pela natureza do regime político, com maior abertura democrática associada a maior participação da sociedade civil na tomada de decisões políticas. Sendo a eficácia da sociedade civil provedora de políticas públicas, pelo grau de colaboração e parceria.

Hipótese 3: A participação da sociedade civil é mais eficaz quando há um ambiente institucional favorável, com mecanismos de participação cidadã e canais de diálogo com o governo. A cultura política e os valores cívicos de uma sociedade influenciam a participação e eficácia na promoção de políticas públicas, com sociedades mais engajadas e conscientes politicamente tendo maior impacto na governança.

e) Definição e forma de análise e/ou de operacionalização de variáveis ou de categorias:

Em relação às variáveis relacionadas às hipóteses anteriores, bem como sua definição conceitual e como serão operacionalizadas, serão abordadas a seguir:

1. Capacidade de Mobilização. Refere-se à habilidade da sociedade civil de mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais para suas atividades. É medida pela quantidade de membros ativos e voluntários envolvidos nas atividades, o orçamento financeiro disponível para projetos, e a capacidade de convocar manifestações.

2. Legitimidade e Representatividade das Organizações. Refere-se ao reconhecimento que as organizações recebem de membros, da comunidade e de partes interessadas e a capacidade de representar os interesses de grupos sociais específicos. É medida por meio de pesquisas de opinião pública, alcance das organizações nos segmentos da sociedade e a atuação dos membros em relação à população-alvo.

3. Natureza do Regime Político. Refere-se ao tipo de regime político em que as organizações da sociedade civil estão inseridas, como democracia participativa, democracia representativa ou autoritarismo. Será categorizada com base em índices ou escalas de democracia e liberdade política verificando acessos concebidos.

4. Colaboração entre Sociedade Civil e Estado. Refere-se ao grau de cooperação e parceria na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Será avaliada por meio de entrevistas com representantes das partes, análise de documentos de políticas públicas e registros de consultas públicas e audiências.

f) Contexto da pesquisa:

Abrange diferentes níveis de análise e envolve múltiplos atores e cenários. Essa descrição fornece uma visão dos diversos elementos envolvidos no estudo, abrangendo níveis de análise e considerando a complexidade das interações entre esses atores. A seguir, a descrição do contexto da pesquisa.

1. População e Amostra: A população-alvo da pesquisa incluirá organizações da sociedade civil atuantes em diferentes áreas temáticas. Além disso, funcionários governamentais responsáveis pela articulação de políticas públicas. A amostra será composta por uma seleção representativa de organizações da sociedade civil e funcionários governamentais em diferentes níveis de governança e regiões geográficas.

2. Esfera Pública/Privada: A pesquisa se concentrará investigando as interações entre organizações da sociedade civil e o Estado, podendo incluir parcerias ou colaborações com entidades privadas, especialmente em áreas onde o setor privado desempenha um papel significativo na prestação de serviços públicos.

3. Organização e Região: A pesquisa será realizada em instituições da sociedade civil e governamentais, abrangendo áreas urbanas e rurais, em regiões com diferentes características. Elas serão selecionadas com base em sua relevância para o estudo e sua representatividade dentro de suas respectivas áreas temáticas e regiões.

4. Grupo de Interesse: São as organizações da sociedade civil e funcionários governamentais envolvidos no processo de articulação de políticas públicas. Isso pode incluir ativistas, líderes, membros de ONGs, funcionários públicos, entre outros.

5. Processo de Amostragem: Será realizada de forma estratégica, utilizando técnicas como aleatória simples, por conglomerados e de conveniência, conforme apropriado para o contexto e os objetivos da pesquisa. Serão considerados critérios como representatividade geográfica, diversidade temática, tamanho da organização e relevância para as políticas públicas em estudo na seleção da amostra.

g) Procedimentos de coleta/busca de evidências (evidências empíricas, teóricas, dados e informações):

Envolvem ações, técnicas e instrumentos para reunir dados, informações e evidências empíricas e teóricas. Serão evidenciados de forma a abordar as diferentes dimensões da pesquisa e a complementar os métodos qualitativos e quantitativos, permitindo uma análise robusta da pesquisa. A seguir estão estratégias de coleta de evidências articuladas aos métodos de pesquisa delineados anteriormente:

1. Pesquisas e Entrevistas Semiestruturadas: Realização de entrevistas semiestruturadas com a sociedade civil, funcionários governamentais, acadêmicos, especialistas e pesquisas por questionários estruturados com agentes relevantes. Esses meios permitirão a coleta de dados sobre as práticas, perspectivas e estratégias relacionadas à participação da sociedade civil, bem como dados de recursos disponíveis, nível de participação, percepções do processo decisório e impactos gerados.

2. Análise de Documentos: Revisão e análise de documentos relevantes, como relatórios, legislação, comunicados de imprensa, páginas de organizações da sociedade civil, entre outros. Essa análise fornecerá indicadores sobre o contexto político, as estratégias adotadas pelas organizações e as políticas públicas implementadas, identificando narrativas e representações relacionadas.

3. Estudos de Caso: Realização de estudos de caso detalhados sobre organizações da sociedade civil e iniciativas específicas de políticas públicas. Esses estudos proporcionarão uma compreensão aprofundada dos contextos, processos e resultados das interações entre a sociedade civil e o Estado.

h) Análise e interpretação dos dados:

Serão empregados processos, procedimentos e técnicas aos métodos de pesquisa que garantirão uma análise robusta e abrangente dos dados coletados, permitindo uma compreensão mais branda da pesquisa e suas implicações. A seguir as etapas previstas para o desenvolvimento dos estudos:

1. Organização e Codificação de Dados: Os dados coletados serão organizados sob as variáveis definidas, permitindo uma compreensão de diferentes aspectos que posteriormente

são codificados para facilitar a análise, atribuindo categorias a diferentes unidades de análise, permitindo a identificação de padrões, temas e tendências.

2. **Análise Qualitativa e Quantitativa:** Serão realizadas aos dados coletados por meio de técnicas como análise de conteúdo e temática, pesquisas, estatísticas, testes de correlação e regressão. Tais abordagens permitem identificar e explorar padrões, significados e relações subjacentes e realizar generalizações para a população-alvo.

3. **Triangulação e Comparação de Casos:** Será realizada uma triangulação de dados, combinando informações de diferentes fontes e métodos de coleta para aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados. Posteriormente, os dados serão comparados entre os casos para identificar semelhanças, diferenças e padrões emergentes.

4. **Interpretação e Relatório de Resultados:** Os resultados serão interpretados à luz das teorias e conceitos da fundamentação teórica. A interpretação dos resultados leva em consideração o contexto específico e suas implicações para a teoria e prática. Os resultados apresentados em relatório incluirão uma descrição dos métodos utilizados, a análise dos dados, as descobertas à luz da literatura e conclusões finais.

i) Possibilidades e limitações previstas:

Ao propor a pesquisa, possibilidades e limitações são identificadas, e ao considerar essas preposições, é necessário tomar medidas para mitigar desafios e maximizar oportunidades, garantindo a qualidade e relevância da pesquisa proposta.

Como possibilidades, tem-se, uma variedade de casos pela diversidade de organizações da sociedade civil e iniciativas de políticas públicas, que permitem análises construtivas e comparativas. Bem como o acesso a entrevistas, documentos públicos e dados secundários, que oferecem informações relevantes para análise. E, com os resultados, indicadores sobre as práticas eficazes de participação da sociedade civil.

Na questão de limitações, a dificuldade de acesso a informações sensíveis, onde estão sujeitas a restrições devido a questões de confidencialidade e segurança, limitando a disponibilidade de dados para análise. O viés nas respostas dos entrevistados, quando se trata de questões polêmicas, o que afeta na validade dos resultados. Limites de tempo e recursos podem balizar a extensão da pesquisa e a profundidade da análise, exigindo a seleção criteriosa de dados. E por último, a complexidade do fenômeno, ser complexa, o que pode dificultar a compreensão abrangente e a generalização dos resultados.

[illegible]

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião pública. V. 18 no 2 nov 2012.

_____. Democracy and the Public Space in Latin America. Princeton, Princeton University Press (2002).

_____. (ed.). (2004), A Participação em São Paulo. São Paulo, Editora Unesp.

Barrientos, Armando, Transferências Sociais e Crescimento: Uma Revisão (1 de dezembro de 2008). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1538926> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1538926> e https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1538926 Acesso em: 23 mar. 2024

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

_____, Norberto. O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília, 1999.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____, E. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006

NOGUEIRA, M.A. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2005

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia - A Experiencia Da Italia Moderna. . Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373735326/PUTNAM-Robert-D-Comunidade-e-Democracia-A-experiencia-da-Italia-Moderna-pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Defining the nonprofit sector. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002